

# Coisas menores e maiores

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Sociólogo

Voltando na quinta-feira de Lima e de Nova York, vejo nas manchetes dos jornais afirmações do presidente Lula que me preocupam. Em uma diz que o país “está altamente vulnerável”. Noutra, afirma que não tem “os poderes de Deus” (será que alguém imaginou tal blasfêmia?). É verdade que houve oportunidade, também recente, em que afirmou, com razão, que não ocorrerá “plano Lula” algum para a economia, mas a continuidade do bom senso, reforçando o que o ministro da Fazenda vem dizendo há muito tempo.

Também no plano político o desencontro é grande. Em tom de desabafo, o presidente diz que não se conforma que as pessoas estejam mais para o pessimismo do que para o otimismo, apesar das tantas coisas boas feitas pelo governo. Seria a mídia a responsável por esse desconforto? Ou seriam os “conservadores”, como sugeriu o próprio presidente? Mas quais, os do PT, se assim pudéssemos chamar os “radicais” que tanto criticam o governo? Ou seriam os “conservadores” da própria sociedade, que parecem apoiar a política econômica do governo? Ou quem sabe seria a oposição, sempre vendo tudo errado, quando o governo faz supostamente tudo certo? Ou haveria mesmo, como chegou a afirmar um ministro, uma conspiração no ar, que é percebida nas alturas rarefeitas do Planalto, mas dela não se tem notícia na planície?

Quem já passou pelas alturas e também pelas agruras e vertigens do Planalto entende o porquê de tanto desaguado e, se menciona o ocorrido não o faz para maldar, mas para procurar entender. Esse mal-estar governamental não é característica só do Brasil. O mundo passa por uma acomodação tectônica provocada pela globalização. As margens de manobra dos governos, mesmo do mais poderoso deles, são pequenas diante da nova lógica dos mercados. Ao não se compreender a natureza

das modificações ocorridas e as novas oportunidades, que apesar de tudo se abrem para os países, as percepções do dia-a-dia ficam confusas. E mais confusas ainda quando, pela falta de um projeto de governo consistente com a realidade, os líderes políticos ziguezagueiam entre a paralisação administrativa e as tentações voluntaristas de volta a um passado impossível de ser retomado.

O erro do governo é de base. Começou com a repetição demagógica de ter recebido uma “herança maldita”, em vez de reconhecer com palavras o que reconheceu na prática desde a assinatura do acordo com o FMI em 2002: as dificuldades daquele ano derivaram da percepção pelas pessoas e pelos mercados de que haveria uma “ruptura”. Não houve ruptura, mas continuidade. Ao menos no plano financeiro e macroeconômico. As decisões responsáveis tomadas pelo governo Lula, com um aperto fiscal correspondente ao tamanho da ameaça verbal dos anos anteriores de demagogia opositora, garantiram melhores oportunidades ao país em 2003.

Infelizmente, a despeito do esforço feito nessa direção, a falta de um projeto de longo prazo, capaz de acentuar as mudanças que já estavam em curso nas políticas sociais e na máquina estatal, modificando-as, melhorando-as ou substituindo-as por outras inovadoras quando fosse o caso, põe em risco a oportunidade de uma retomada futura de crescimento. Essa retomada foi preparada com a virada nas exportações, que vinha ocorrendo desde o ano 2000,



graças à mudança cambial de 1999; com a normalização e modernização da agricultura, que passou por anos de trabalho para acertar a dívida agrária e para reequipar o setor; e com a recuperação dos investimentos nacionais e externos (superiores estes a US\$ 150 bilhões de dólares entre 1995 e 2002).

Havia um governo que tinha um projeto claro de futuro, baseado na modernização do Estado, na criação de uma atmosfera de confiança para atrair e gerar investimentos e num compromisso sério com políticas sociais na educação, na saúde, na reforma agrária e na criação de uma rede de proteção social. Os resultados iniciais desse compromisso espelharam-se nos avanços registrados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), das Nações Unidas, e até mesmo na melhoria do coeficiente Gini, que mede as desigualdades de renda, como reconhecido no último relatório do Banco Mundial sobre essa matéria.

O mais preocupante é que dificilmente se repetirão anos tão favoráveis na economia internacional quanto 2003 e possivelmente 2004. Nunca as taxas de juros internacionais estiveram tão baixas, há muito tempo os preços das commodities não eram tão altos, fazia anos não se via um mercado tão favorável para as exportações. Tudo tem transcorrido tão bem

que houve mesmo superávit na conta corrente com o exterior. No plano interno, o déficit nominal caiu para 3% do PIB, enquanto a inflação, depois do repique eleitoral de 2002, voltou a situar-se em patamares mais do que aceitáveis. Nada, portanto, justifica a visão de uma vulnerabilidade intrínseca de nossa economia, fruto de uma suposta “herança maldita”.

A sensação de mal-estar registrada pelo presidente vem da inoperância gerencial e dos recuos na regulação de uma economia moderna de mercado que, estando o Estado em crise fiscal, necessita principalmente do investimento privado nacional e estrangeiro para expandir-se e gerar empregos. Decorre, em suma, da falta de um horizonte de crescimento que deriva não de vulnerabilidades intrínsecas, mas dos erros de concepção e gestão do próprio governo, que limitam a confiança no país.

O Ministério da Fazenda parece sitiado em seu bom senso (não isento, naturalmente de críticas quanto a exageros conservadores do BC) por um conjunto de ministérios que, com as exceções de praxe, se compraz em nada fazer ou em sonhar fazer o impossível: uma volta aos anos setenta. Anos setenta, seja dito de passagem, que se notabilizaram por um forte crescimento econômico, é verdade, mas também pelo crescimento ainda mais veloz da desigualdade, produto da combinação do nacional-estatismo com o regime autoritário.

Cabe o anseio do presidente Lula de não se envolver nas “coisas menores”, desde que fique claro que intrigas palacianas e desvios de conduta de servidores próximos do núcleo de poder não pertencem a essa categoria. E desde que se entenda que nada maior existe do que dar ao país um horizonte de futuro. É isso que todos nós, apesar das críticas e diferenças, esperamos. Porque oportunidades perdidas nem sempre voltam, ou não voltam a tempo de evitar problemas maiores.